

Dois Pesos, Quantas Medidas? - Um Estudo Sobre a Gordofobia Contra Corpos Femininos¹

Flávia Bessa GONÇALVES²

Eulália Emilia Pinho CAMURÇA³

Centro Universitário 7 de Setembro - UNI7

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de compreender como se instituiu o valor social às mulheres baseado em sua aparência física e de como esse fenômeno se relaciona ao preconceito direcionado à obesidade. O presente trabalho desenvolveu-se a partir de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, realizada em bancos de dados como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Repositório Institucional da Fiocruz – ARCA. Conclui-se, que, embora ocorra uma série de convergências quanto à opressão na vivência gorda, há outras formas distintas de exclusão que se sobrepõem e se influenciam mutuamente, trazendo à tona a reflexão de que não é possível estudar e intervir separadamente sobre indivíduos, desconsiderando as suas interseccionalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Gordofobia; Estigma; Interseccionalidade; Corpo Feminino; Padrão de beleza

INTRODUÇÃO

Mesmo representando a maior parte da população brasileira — 61,7%, segundo pesquisa realizada em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — pessoas gordas ainda são excluídas pelo tamanho dos seus corpos, tendo direitos e acessos negados diariamente na sociedade (JIMENEZ, 2020). Conforme definido por Goffman (1988), a sociedade criou formas de categorizar as pessoas a partir de seus atributos comuns e naturais, com base em padrões normativos. Uma vez que esses padrões vigentes não são alcançados de alguma forma, são atribuídos a esses indivíduos uma marca depreciativa, indesejável. Por isso, compreender o excesso de gordura como estigma é um aspecto

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023

² Estudante graduada pelo curso de Jornalismo do Centro Universitário 7 de Setembro - UNI7, e-mail: flaviagrant9@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Jornalista e advogada. Doutora e mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Ceará, e-mail: eulaliacamura@gmail.com

determinante no processo de construção do estereótipo negativo em cima do sujeito obeso, sendo este, o responsável por traduzir a gordura como um símbolo de falência moral e social.

O preconceito é outra figura complementar no encadeamento teórico explicativo no que diz respeito à gordofobia, entendida como um tipo de preconceito baseado no peso. Segundo Cooper (2008), a expressão tem origem no conceito de *fatphobia*, cunhado nos Estados Unidos da América (EUA) durante as décadas de 1960 e 1970, e desponta como pauta secundária das movimentações feministas contra os padrões e pressões estéticas impostos pelo patriarcado.

O conceito "gordofobia" é visto sob um prisma social e não reflete, portanto, qualquer viés psicopatológico relacionado à expressão — como sugere a fobia à gordura, por exemplo — desse modo, enfatiza-se os processos discriminatórios subjacentes ao fenômeno social propriamente dito. Os comportamentos gordofóbicos geralmente reforçam estereótipos e impõem situações constrangedoras, degradantes, com fins segregacionistas. (ARRAES, 2015). Consequente, a gordofobia revela uma maneira de opressão que além de individual e coletiva, também é estrutural⁴ e institucionalizada⁵ (JIMENEZ, 2020). Fomentada e disseminada nos mais diversos contextos socioculturais, a prática hostiliza, enquanto estigmatiza o sujeito gordo.

As micro violências se manifestam em diversos sentidos: do abuso verbal literal; a falta de estrutura e disponibilidade de equipamentos adequados das instituições, que se mostram inaptas em acolherem esses corpos. A marginalização da acessibilidade é evidenciada ao falarmos de espaços públicos delimitados que não lhes comportam devidamente, tais como os assentos de transportes urbano, aviões, praças de alimentação de shoppings e cinemas, além da inadequação de equipamentos para o diagnóstico de doenças e monitoramento das condições de saúde no ambiente médico (JIMENEZ, 2020).

De acordo com Almeida (2013), o preconceito com base no peso prejudica as perspectivas de vida do indivíduo gordo em todos os âmbitos; educacional, de carreira, de afetividade e sexualidade, sem esquecer do impacto psicológico de quem vive o estigma diariamente. A negligência com o estado de saúde mental destes indivíduos demonstra como a intolerância à gordura se traveste sob a forma discursiva de declarações com teor de preocupação com a saúde. Mas afinal, de que saúde estão falando?

⁴ Entende-se por opressão estrutural a exclusão sustentada em grandes âmbitos da sociedade civil como saúde, mercado de trabalho, vestuário e acessibilidade

⁵ Refere-se às práticas generalizadas dentro das instituições (sociais e políticas) que mantêm ou fortalecem a gordofobia da sociedade

Há uma cadeia de estigmatização que segue um incoerente movimento; enquanto acusa-se o indivíduo gordo de ser doente, em contrapartida, se precariza o cuidado a esse corpo (e mente), negando assistência médica de qualidade. Para além de questionar a função legítima da busca pelo “embelezamento” e emagrecimento, o que se propõe debater é a extensão do discurso e a imposição hegemônica dessa verdade (ou padrão corporal) como único modo apropriado das pessoas, sobretudo mulheres gordas, de se sentirem pertencentes à sociedade.

Estas questões justificam este trabalho, afinal, da antiguidade à contemporaneidade, o corpo da mulher sempre esteve submetido a regimes de normatividade e controle. Não por acaso, segundo Almeida (2013), os atuais discursos hegemônicos que incidem sobre este corpo são o médico-científico e o cultural-sexista. Embora a gordofobia não seja um estigma experienciado apenas por pessoas do gênero feminino, a opressão que incide sobre mulheres gordas é mais agressiva e banalizada por ação de uma estrutura social patriarcal que retifica, sexualiza, vitimiza e incapacita tais corpos (GREER, 1999). Desta forma, este estudo se propõe a aprofundar a reflexão sobre a gordofobia, contribuindo para a sensibilização acerca da banalização do comportamento gordofóbico e seus riscos. Para organizar os estudos, levantamento bibliográfico e escolha de metodologia, fora determinado que o objetivo deste trabalho é analisar, por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a violência contra o corpo feminino gordo e os desdobramentos do estigma que leva à exclusão de pessoas que fazem parte desse grupo.

METODOLOGIA

As abordagens qualitativas de pesquisa concebem o conhecimento como um processo de construção das interações cotidianas e da dinâmica entre o mundo real e o sujeito, considerando que este atua na realidade, transformando-a e sendo por ela transformado. Minayo (2010, p. 57) conceitua o método qualitativo como “aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”. Com o objetivo de observar e analisar as interações entre as pessoas e entre as pessoas e o sistema, foi escolhido o método qualitativo para conduzir este trabalho.

O presente estudo desenvolveu-se a partir de uma revisão bibliográfica delimitada em artigos científicos, teses, dissertações e livros sem especificação do período de publicação, utilizando os descritores relacionados à “Gordofobia”, “Estigma do Peso”,

“Interseccionalidade”, “Corpo Feminino” e “Padrão de Beleza”. A análise da pesquisa foi realizada em bancos de dados como a *Scientific Electronic Library Online* - SciELO, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Repositório Institucional da Fiocruz – ARCA. As buscas foram elaboradas entre os meses de julho de 2022 a dezembro de 2022.

Para a fundamentação teórica, primeiramente, foi realizada uma análise temática inspirada nos estudos de Crenshaw (2000), que discorre sobre consequências estruturais dos sistemas de opressão e suas intersecções na sociedade. Em um segundo momento, para o entendimento histórico e cultural referente às percepções sobre o corpo gordo ao longo dos anos, recorreremos a uma linha do tempo proposta por Stenzel (2003). Para compreender de que forma se instituiu o valor social atribuído às mulheres baseado em sua aparência física e como esse sistema colabora com o estigma da gordura e valorização do padrão hegemônico de beleza, este trabalho se fundamentou nos estudos de Arruda (2019) e Wolf (2018).

CORPOS SUBORDINADOS: INTERSECCIONANDO A GORDURA

Para Collins (2000), nas sociedades marcadas pelo racismo e sexismo, existe uma matriz de dominação caracterizada por opressões que se intersectam. Neste sentido, estas formas distintas de opressão se sobrepõem e se influenciam mutuamente. Segundo o autor, gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão subjacentes à única estrutura de dominação.

O ato de interseccionar essas subordinações permite dar visibilidade às multi particularidades da vivência feminina na sociedade, em contraposição ao reducionismo de um princípio unificador comum, sem tangenciar para um relativismo que desconsidera as relações de poder implicadas nas diversas formas de opressão. É neste contexto que interseccionalidade, conceito-chave para o feminismo negro, é cunhado. Segundo Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O conceito criado e difundido por feministas negras nos anos 1980, apresentou-se como ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas

comprometidas com estudos dos processos de interação entre as estruturas de poder e categorias como classe, gênero e raça inseridas em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais (CRENSHAW, 2002). A perspectiva interseccional, como método de análise social, é um meio de assegurar que a opressão direcionada a indivíduos – cuja identidade não é socialmente respeitada – seja abordada, entendida e combatida de forma consciente sobre suas causas e danos.

No contexto brasileiro, Luiza Bairros (1995) partilha de opinião semelhante à de Crenshaw (2002), ao afirmar que:

raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. [...] Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (BAIRROS, 1995, p. 461).

Conforme Gonzalez⁶ (1984), a identidade das mulheres sempre foi um instrumento roubado, anulado, negado. Segundo a autora, no Brasil, ao pensar a identidade de mulheres negras, faz-nos refletir sobre o período colonial brasileiro onde a primeira coisa retirada dos povos originários e dos povos trazidos forçadamente a este país, foi sua identidade e cultura. Por esta razão, falar sobre mulheres negras, como aponta Ribeiro (2017), também é evidenciar a importância do feminismo negro e a necessidade da autoafirmação feminina enquanto resistência contra o domínio destes corpos.

Desta maneira, é possível afirmar que, “[...] como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos [...]” (GOMES, 2008, p.171). Se este corpo negro, é também gordo, ele torna-se duplamente marcado na construção de sua identidade. A história concebeu uma

⁶ Lélia Gonzalez foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro, do Movimento Negro. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=53181>>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

narrativa e raciocínio racializados que degradou o corpo gordo e o vinculou à negritude, enquanto valorizou a magreza, vinculando-a à branquitude.

Portanto, torna-se necessário reiterar: mulheres negras não têm sua identidade construída da mesma maneira que mulheres brancas. Enquanto mulheres brancas eram conhecidas como “frágeis”, mulheres com ancestralidade demarcada em seus corpos e fenótipos eram reconhecidas negativamente como “fortes”, Carneiro (2011) faz uma análise pertinente sobre esta premissa e a forma como se dá a construção da identidade de mulheres negras.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Considerando que os sentidos de gênero, de raça, de classe, de sexualidade e de outros marcadores identitários são socialmente construídos e se interseccionam, “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma.” (RIBEIRO, 2017, p.61). Quando falamos de corpos femininos, quanto mais distante estiver dos padrões estabelecidos socialmente, mais estigmatizado este corpo será (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020).

O corpo das mulheres negras e gordas é marcado por lutas e resistências que extrapolam o ideal de beleza, levando em consideração o peso do estigma racial. Piscitelli (1996) avalia que mulheres negras enfrentam múltiplas formas de discriminação, uma vez que seus corpos são avaliados e valorizados com base nos padrões constantes nos discursos dominantes sobre raça, gênero, sexualidade e beleza, com um destaque para o corpo perfeito.

Nesse sentido, são várias as interseccionalidades, que não podem ser verificadas apenas como “um bloco fechado em que todos os corpos gordos são iguais e sofrem das mesmas exclusões e sofrimentos”, embora ocorra uma série de convergências quanto a opressão na vivência gorda, há outras formas de discriminações, que se somam a mais estigmas, como afirma Jimenez (2020, p. 179).

As questões raciais relacionadas ao estereótipo, estabelecido pela sociedade quanto aos corpos dos sujeitos negros, em destaque as mulheres negras, são atravessadas pelo racismo em seu caráter ideológico, uma vez que “a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista.” (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 133).

Como se pode depreender, não é possível perceber de forma remontada os mecanismos de exclusão envolvidos na intersecção entre as várias estruturas de exclusão e dominação. Sirma Bilge (2009) declara que “[...] o enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais [...]” (BILGE, 2009, p. 70). Conforme Abram (2006), a sociedade é moldada estruturalmente por desigualdades de gênero e raça que determinam a sobreposição de grupos privilegiados, também pela imposição de padrões hegemônicos e excludentes, sobre grupos excluídos, apontando para condições materiais e políticas que os retêm cativos na reprodução da precariedade de condições de vida instáveis e na permanência das camadas mais baixas do estrato social.

Angela Davis (1982) evidencia o modo como classe social, gênero e raça se cruzam para gerar a discriminação e opressão na sociedade. É nesta esfera que as propostas da interseccionalidade vão se materializar. Na reflexão de que não é possível estudar e intervir separadamente sobre indivíduos que sofrem duplas e triplas experiências de marginalização, definidos numa única experiência de estigmatização.

LINHA DO TEMPO: PERCEPÇÕES SOBRE O CORPO GORDO NA HISTÓRIA

Segundo Cooper (2008), o termo gordofobia tem origem no conceito de *fatphobia*, cunhado nos Estados Unidos da América (EUA) durante as décadas de 1960 e 1970, e desponta como pauta secundária das movimentações feministas contra os padrões e pressões estéticas impostos pelo patriarcado⁷. Os primeiros passos da militância gorda foram impulsionados por movimentos que reivindicavam uma multiplicidade identitária, em especial de grupos identitários excluídos e marginalizados socialmente (COOPER, 2008).

⁷ Sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/patriarcado/>>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

Embora a gordofobia seja uma terminologia recente, a temática vem sendo abordada no campo dos *fat studies*⁸ há cinquenta anos (COOPER, 2008). Estes estudos foram influenciados pelo conceito de biopolítica⁹ de Foucault (1988), reconhecendo a incorporação do poder nas ações cotidianas, relacionando-o ao processo da constante vigilância, com o objetivo principal de controlar e categorizar os corpos.

A obesidade, a partir de uma concepção fragmentada de corporeidade, é, de longa data, objeto de interesse da humanidade. Embora a percepção hegemônica negativa de corpo – como doença, pecado, descontrole – em relação à gordura seja, relativamente nova, a noção muitas vezes reforçada pelo senso comum de que no "passado" o corpo gordo possuía somente significações positivas – *status* de saúde, riqueza e opulência – é equivocada. As representações acerca da gordura têm uma história complexa, e os significados atribuídos a este corpo, variados (VIGARELLO, 2012).

O corpo e as configurações socioculturais que o envolvem foram, inicialmente, dominados pela religião e filosofia, até ser incorporado como objeto de domínio e controle da medicina (STENZEL, 2003). É necessário destacar, também, a influência de esferas como a moda, a estética, os meios de comunicação, a política, a arte, a ética, a moral e a economia na construção, fortalecimento e manutenção do estigma imputado ao corpo gordo.

Para compreender as percepções sobre a gordura ao longo dos anos e observar onde o corpo gordo se situa nessa trajetória, recorreremos a uma linha do tempo. Em uma perspectiva histórica, Lucia Stenzel (2003) discute os modos pelos quais as concepções de beleza e de feiúra estiveram ligadas ao conceito de ser magro e de ser gordo. A autora aponta ainda para o fato de que, embora a gordura tenha sido, por um período específico, valorizada no passado, a magreza não foi discriminada antigamente na mesma potência e violência como o corpo gordo foi e é estigmatizado. À vista disso, um conjunto de fatores corroboraram para esse processo de estigmatização. De acordo com Lucia Stenzel (2003), é possível esquematizar historicamente esses aspectos da seguinte forma.

Entre 1880 e 1920, o excesso de gordura corporal passa a ser apresentado negativamente pela publicidade e pela moda. A virada do século é marcada por essa transição

⁸ O campo dos “fat studies”, ou “estudos sobre a pessoa gorda” (tradução livre), se posiciona criticamente em relação aos estudos sobre o “fenômeno da obesidade” produzidos ao longo das últimas décadas. Disponível em: <<https://revistas.ufjf.br/index.php/enfoques/article/download/23913/13596>>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

⁹ Biopolítica é o termo utilizado por Foucault para designar a forma na qual o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX. As práticas disciplinares utilizadas antes visavam governar o indivíduo. A biopolítica tem como alvo o conjunto dos indivíduos, a população. Disponível em: <<https://radardofuturo.com.br/10026-2/>>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

na percepção sobre o corpo gordo. E assim “uma nova geração estava sendo criada, baseada não só em novos padrões de estética e beleza, mas sim baseada em um sentimento de ‘terror’ com relação ao excesso de peso.” (STENZEL, 2003, p. 36).

A percepção por parte dos estudos médicos sobre a obesidade enquanto doença se popularizou nos anos 1900. Antes, o foco da medicina era as doenças infecciosas e seu grau elevado de mortalidade. A partir de 1903, as pesquisas científicas publicadas em jornais e revistas da área apontaram seus estudos para a temática da redução de peso. A comunidade médica, inicialmente, apresentou resistência em valorizar a redução de peso, por efeito da antiga crença de que a gordura protegia o corpo de doenças, porém, “as fortes epidemias estavam em queda, e isso abriu espaço para a preocupação médica com as doenças degenerativas. As campanhas contra o excesso de peso enfatizavam o processo degenerativo de órgãos como o coração.” (STENZEL, 2003, p. 37).

Em 1905, os estudos médicos assumiram posições mais convergentes, enfatizando o perigo da obesidade e a necessidade do seu tratamento como forma de prevenção de doenças, principalmente as relacionadas ao coração e aos problemas respiratórios. “A classe médica começava então a chegar num consenso com relação ao tema, e os padrões de avaliação e de tratamento, antes bastante diversos, começaram a se homogeneizar nos mais diversos estudos.” (STENZEL, 2003, p. 38).

No início do século XIX, a atenção para o controle de peso e nutrição se intensificou. Neste período ouviu-se pela primeira vez a palavra *diet*, associada inicialmente à limitação de certos alimentos em função de problemas de saúde, para que anos depois, recebesse a atual conotação, de restrição alimentar com o objetivo de emagrecimento. “O interesse na perda de peso foi crescendo gradualmente, e foi cada vez mais sendo representado como modelo a ser seguido; a moda começou, a partir daí, a solicitar o corpo magro.” (STENZEL, 2003, p. 34).

Com a virada do século XX, muitas mudanças aconteceram nos padrões sociais e isso incluiu, principalmente, mudanças relacionadas às mulheres. Antigos valores começaram a ser questionados e ameaçados, encaminhando-se para o declínio da domesticidade feminina. Diante dessa conjuntura, o policiamento de peso passou a ser incentivado entre as mulheres como uma nova forma de controle. “As feministas interpretam que esta pressão social pelo corpo magro, direcionada a mulheres, foi criada como resistência e repressão à independência que vinha sendo conquistada no início do século.” (STENZEL, 2003, p. 67).

No início do século XX, houve uma crescente valorização de especialistas em emagrecimento rápido, os charlatões. Mais um nicho de mercado despontou, com o surgimento das clínicas de emagrecimento, administradas por pessoas, que de forma

independente alcançavam a perda de peso, e resolviam fazer de sua experiência, uma nova técnica a ser vendida e popularizada. ‘‘Alguns sugeriam que a solução para o emagrecimento era a mastigação; outros, sugeriam períodos de jejum prolongados. Determinados alimentos eram denominados um "veneno", e se falava na restrição alimentar como uma forma de purificação." (STENZEL, 2003, p. 40).

Durante o século XX, tão forte quanto a moda e a comercialização do controle de peso, foi o crescimento da crença e da percepção de que a gordura era negativa. A obesidade passou a ser vista como uma condição de falta de controle e excesso de alimentação, culpabilizando o indivíduo por seu fracasso em não conseguir emagrecer: Rapidamente, começou a se criar um poderoso estigma moral em torno do corpo gordo, atingindo profundamente a auto-imagem e o comportamento das pessoas. ‘‘O círculo - moda, mídia, medicina, religião, política e economia - em torno do combate à obesidade estava completo.’’ (STENZEL, 2003, p. 40).

A contemporaneidade rendeu novas dimensões discursivas e práticas direcionadas ao corpo grande. Conforme Stenzel, ‘‘a prática de dietas, a preocupação com relação ao peso e a hostilidade direcionada à obesidade são temas centrais que marcaram os tempos modernos.’’ (STENZEL, 2003, p. 30). Em contraposição, novas formas de fazer política e militância gorda no século XXI colocaram-se cada vez mais contrários à estigmatização da gordura. Segundo Rangel (2018):

O ativismo gordo no Brasil vai organizar-se principalmente por meio da internet. Em outros lugares do mundo esta tendência se demonstra semelhante, podendo ser reconhecida uma ‘‘*fathosphere*’’ (castillo, 2014), que designa os espaços *on-line* em que se discutem questões relacionadas ao empoderamento gordo. É possível encontrar principalmente por meio de blogs, grupos no *Facebook*, *Youtube* e *Instagram*, publicações didáticas sobre o tema da gordofobia (RANGEL, 2018, p.53).

Analisar o percurso de enquadramento social da corporalidade gorda requer compreender esse corpo como lugar de forças conflitantes e disputas de poderes, a cada momento histórico. Nessa perspectiva, o corpo gordo pode performar uma indisciplina, uma não adesão ao controle imposto pelos saberes biomédicos, sendo questionado – além na estética – no campo social, ético e moral. Em outras palavras, é possível verificar que durante o percurso da história, foi estabelecido um esforço coletivo de intervenções normativas voltadas à disciplinar a vida desse indivíduo.

BELEZA: UMA QUESTÃO DE GÊNERO (E PESO)

O padrão de beleza é uma concepção que sempre esteve presente na sociedade, visto que sempre existiu ideais do que é belo e do que é feio. Quando refletimos sobre esse padrão, refletimos sobre as formas que a corporeidade assume, mas não somente: o termo abrange a expressão facial como um todo e também seus elementos de forma isolada; cabelos; cor da pele; dentre outras características corporais.

Diante disso, os valores simbólicos relacionados à corporalidade atravessam diversos grupos sociais em diferentes contextos históricos, sendo o corpo, por consequência, o resultado da construção histórica, social e cultural ao qual ele é incorporado (ALMEIDA, 2013). Conceber essa ideia de atravessamento possibilita, também, uma discussão sobre gênero.

Segundo Rangel (2018, p. 39), o “significado simbólico de cada tipo de corpo varia de época para época, de cultura para cultura, de espaço geográfico para espaço geográfico”. Neste contexto, as concepções de que beleza e fragilidade são características femininas, assim como força e racionalidade são atributos masculinos percorrem as culturas durante séculos, como algo categoricamente prescrito e irrecusavelmente ordenado. Greer (1999), afirma:

O corpo da mulher é o campo de batalha onde ela combate pela libertação. A opressão age sobretudo sobre o seu corpo, retificando-a, sexualizando-a, vitimando-a, incapacitando-a. A sua fiscalidade é um instrumento de outrem; a sua função é a de agir como cobaia dos outros, sujeitando o corpo às ministrações prescritas e aplicando nele os tratamentos ordenados. Caso não se sujeite, caso se recuse a aceitar os tratamentos, será julgada pelo seu mau comportamento (GREER, 1999, p. 130).

Embora a gordofobia não seja um estigma experienciado apenas por pessoas do gênero feminino, a opressão que incide sobre mulheres gordas é mais agressiva e banalizada por ação de uma estrutura social patriarcal. Para Greer (1999), essa questão ocorre porque “uma tal insegurança foi instalada nas mulheres ao longo de várias gerações [...]” (p. 31), insegurança, essa, que resiste na atualidade, onde a mulher é diariamente vigiada e cobrada de submeter o seu corpo e a sua existência a uma busca pelo padrão de beleza.

Da Antiguidade e da Idade Média e Moderna para os tempos contemporâneos, não verificaram-se grandes mudanças da percepção de que o corpo feminino, sob o olhar regulador masculino, é um corpo desautorizado (ARRUDA, 2019). No cenário atual, entretanto,

Ao invés de ser compulsoriamente segregada da vida social por seus pais, seus maridos, pela igreja ou pela própria comunidade, como em outros tempos, fosse por causa das suas funções biológicas ou por qualquer outro motivo, a preocupação estética faz com que a mulher, de alguma forma, segregue a si própria, somente se sentindo apta a se apresentar em sociedade, se seu corpo atender ao que, para ela, foi estipulado como aceitável (ARRUDA, 2019, p.57).

Existe uma chancela social que autoriza a usurpação verbal, física e psicológica em nome do cumprimento da função estética do corpo feminino (ARRUDA, 2019). Com isso, o intuito de se enquadrar no padrão vigente traz consigo uma carga simbólica tão negativa, que reverbera um comportamento de controvérsias, de subtração e, em muitos casos, de mutilação compulsória do próprio corpo.

Atualmente, o termo “estética” tem sido empregado para definir os tratamentos de beleza. Contudo, o uso apenas nesse sentido diverge da proposta original desenvolvida pelos filósofos da arte. É interessante ressaltar as noções sobre o que seria a estética. Em linhas gerais, essa era atribuída à sensação ou percepção, sendo também um dos segmentos da Filosofia que estuda tudo aquilo que o ser humano é ensinado a designar como belo, carregando junto assimilações e emoções que esse caráter do que é belo produz (ARANHA, 1993).

Sendo uma percepção construída por assimilações de caráter social e cultural, a estética pode ser facilmente manipulada e moldada aos ideais hegemônicos de beleza (MENDONÇA, 2015). Ao se construir padrões estéticos delineados por hierarquias, em qualquer esfera que seja – nesse caso, por corpo, gênero, raça e classe – acaba por se estabelecer, também, outras formas de opressão. Conforme Mendonça, “se cria o binarismo daquele que virá a ser aceito e aquele que não será, ou seja, aqueles que serão admirados e os que serão excluídos, prevalecendo, assim, o ideal de beleza que é socialmente desejado: o corpo magro.” (2015, p. 169).

Neste processo de adestramento feminino dentro da trajetória ocidental, o valor social reservado às mulheres serviu para demonstrar a subordinação de seus corpos. Naomi Wolf (2018) explica que a instituição desse “mito da beleza” como “capital simbólico”, colaborou diretamente para a submissão das subjetividades femininas. Segundo Wolf (2018), a imposição dos estereótipos de feminilidade exigiu que as mulheres abdicassem de si e de particularidades, para iniciar uma perseguição pelo padrão de beleza baseado na universalidade. A autora elucida que o mito valorativo atribuído ao feminino, para além da

pauta estética, é um projeto, político e econômico, de propagação do controle institucional dos homens na sociedade.

A perpetuidade dessas operações repressoras revela-se na contemporaneidade sob outros apelos e mecanismos (MÉLO, 2012). Nota-se o incentivo da comercialização de cuidados e tratamentos estéticos destinados à aparência feminina, bem como a coerção social para que as mulheres busquem e preservem sua juventude, beleza e magreza por meio das práticas de consumo. O mito torna-se pressão estética, naturalizando a cultura das dietas restritivas e das intervenções estéticas e cirúrgicas (FLORINDO, 2021).

A autoestima é considerada um importante indicador de saúde mental por intervir nas condições afetivas, sociais e psicológicas do indivíduo (SCHULTHEISZ; APRILE, 2013), neste sentido, o descontamento feminino com o próprio corpo, perante a imposição de um padrão de beleza inatingível, abre margem para o surgimento de baixa autoestima, transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, e transtornos alimentares (TA), como anorexia, vigorexia, bulimia e ortorexia, resultando em frustração e sofrimento psíquico — podendo, inclusive, levar à morte de mulheres — em prol do estímulo sistêmico de auto ódio (GOETZ, 2008).

CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A revisão bibliográfica realizada possibilitou conhecer as contribuições de estudos qualitativos para o entendimento da violência contra o corpo feminino gordo e os seus desdobramentos. Através da análise empreendida foi possível reconhecer os valores simbólicos relacionados à corporalidade e o seu atravessamento por aspectos sociais e culturais, compreendendo o quanto o processo de apagamento histórico do corpo gordo está diretamente relacionado às interseccionalidades da vivência feminina na sociedade. Pôde-se depreender à conceituação do termo “gordofobia” e os processos discriminatórios subjacentes ao fenômeno social em si, desde a sua origem, até referir-se ao encadeamento teórico propriamente dito, associando-o aos conceitos de “estigma” e “preconceito”.

Para além dos conceitos, a exposição sobre esta conjuntura contribui para a mobilização de entidades responsáveis por elaborar políticas públicas eficazes no combate a esse tipo de discriminação, sobretudo os órgãos incumbidos de criar legislações. A auto aceitação não é o suficiente para barrar a violação de direitos em sentido amplo. Portanto, é de fundamental importância debates como este, para a conscientização sobre a gordofobia, inscrevendo essa demanda como uma necessidade que requer políticas públicas e ações

concretas para que a violência social, estrutural e cultural contra o corpo gordo possa começar a ser, efetivamente, combatida.

CONCLUSÃO

A partir da realização deste estudo, pode-se constatar que a gordofobia é um tipo de discriminação estrutural e cultural que leva à exclusão nos mais diversos âmbitos na sociedade, especialmente, quando se é mulher. Este trabalho também contribui para a análise de como os valores simbólicos relacionados à corporalidade atravessam diversos aspectos socioculturais.

Mesmo diante de uma série de convergências quanto à opressão na vivência gorda, há outras formas distintas de exclusão que se sobrepõem e se influenciam mutuamente, trazendo à tona a reflexão de que não é possível estudar e intervir separadamente sobre indivíduos que sofrem duplas e triplas experiências de marginalização, sem considerar os sentidos de gênero, de raça, de classe, de sexualidade e de outros marcadores identitários.

Perante este contexto, o indivíduo gordo se depara com a falta de acessibilidade, a gordofobia médica e o desamparo legal. Apesar das proteções constitucionais que recaem sob todos os indivíduos; diante do fenômeno da gordofobia, pessoas gordas tornam-se mais suscetíveis a passarem por situações humilhantes em seu dia a dia, em sua maioria causadas por ofensas gratuitas dirigidas a elas por conta de seu sobrepeso, muitas dessas inclusive de forma pública. Diversas questões surgem diante do trabalho e podem inspirar outros estudos, como, por exemplo: Com a falta de uma lei específica para punir quem pratica a gordofobia, quem se responsabiliza pelos danos causados às vítimas?

No processo de invisibilizar e inviabilizar a pessoa gorda, a expressão da gordofobia assume desdobramentos sociais marginalizantes para aqueles que a sofreram, restringindo-os do direito de ir e vir, de estar em espaços públicos e/ou privados e do direito sobre os próprios corpos. Conclui-se, ainda, que há muitos aspectos a serem analisados no campo acadêmico e investidos no campo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ABRAM, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e cultura**, v. 58, n. 4, 2006..

ALMEIDA, Rogério José de. **Obesidade nos corpos das mulheres e os olhares sobre os discursos medicalizantes**. 2013.

ARANHA, M. L. de Arruda; MARTINS, MH Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**, v. 2, 1993.

ARRAES, Jarid. Gordofobia como questão política e feminista. In: **Revista Fórum**, v.5, 2014.

ARRUDA, Agnes de Sousa. **O peso e a mídia: uma autoetnografia da gordofobia sob o olhar da complexidade**. 2019. Diss. Tese (Doutorado em Comunicação)–Universidade Paulista, São Paulo, 2019.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, n. 1, p. 70-88, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 5, 2003.

COOPER, Charlotte Rachel Mary. **What's fat activism?**. 2008.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

DAVIS, A. **Mulher, Raça e Classe**; 1ª publicação na Grã Bretanha pela The Women's Press, Ltda. Em 1982 Tradução Livre. Plataforma Gueto_2013

FLORINDO, K. S. . PESO: o marcador social indesejável. A intensificação da morte social do corpo gordo em tempos da Covid-19. **Revista Mais que Amélias**, União da Vitória - PR, , v. 8, p. 29 - 40, 08 fev. 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. (13a ed). Rio de Janeiro: Graal. 1988.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas na pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOETZ ER, et al. **Representação social do corpo na mídia impressa**. Psicologia & Sociedade, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma. "Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada."** Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão.** Açãoeducativa.org.br, 2012.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje.** Anpocs. 1984.

GREER, Germane. **A mulher total.** Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

JIMENEZ, M. L. J. **Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos.** 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, Campo Grande, 2020.

MÉLO, Roberta de Sousa. **Da visibilidade dos corpos disformes: um estudo sobre cirurgias cosméticas mal sucedidas.** 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2012.

MENDONÇA, Maria Luiza Reis. Corpos Políticos: a importância da estética em meio à construção das narrativas de mulheres negras e gordas. **SILVA,** 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O negro no brasil de hoje.** São Paulo: Glboba. 2006

PISCITELLI, Adriana. "Sexo Tropical": Comentários sobre Gênero e Raça em Alguns Textos da Mídia Brasileira. **Cadernos Pagu,**1996.

RANGEL, N. F. A. **O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SCHULTHEISZ, Thais Sisti De Vincenzo; APRILE, Maria Rita. Autoestima, conceitos correlatos e avaliação. **Revista Equilíbrio Corporal e Saúde,** v. 5, n. 1, 2013.

STENZEL, Lucia Marques. **Obesidade: o peso da exclusão.** 2. ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 2003.

VIGARELLO, Georges. **As metamorfoses do gordo. História da obesidade.** Petrópolis: Vozes, 2012.

WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Rio de Janeiro: Rocco, 2018.